

# CRISE POLÍTICA - AXIOLOGIA, EMERGÊNCIAS SOCIAIS E ALTERAÇÃO DA AGENDA POLÍTICA NO BRASIL PÓS 2013

Gabriel Silva Rezende <sup>1</sup>  
Júlia Lima Santana <sup>2</sup>

## Resumo

Atualmente, a palavra “crise” tornou-se recorrente, transformando-se num signo presente em quase todos os tipos de narrativas, mobilizado como categoria definidora do contemporâneo. A crise é um acontecimento histórico, tanto quanto é uma condição de vida duradoura e fundamental para uma condição humana transcendente. Dessa forma, o objetivo do presente artigo (sendo sua concepção inicial um ensaio) é considerar como a “crise” é mobilizada em construções narrativas para marcar um “momento de verdade” ou como um meio de pensar a própria “história”, portanto, compreender como um dos principais marcos definidores do início da crise política brasileira, as Jornadas de Junho de 2013, foram resignificadas e instrumentalizadas para o processo de impeachment de Dilma Rousseff e a alocação de interesses políticos na promoção de reformas polêmicas, que afetarão de forma profunda as gerações vindouras. Modificando, assim, por completo o programa político vencedor das eleições de 2014.

Palavras-chave: Crise; Jornadas de Junho de 2013; Ruptura Política

## POLITICAL CRISIS - AXIOLOGY, SOCIAL EMERGENCIES AND CHANGES IN THE POLITICAL AGENDA IN BRAZIL AFTER 2013

## Abstract

Nowadays, the word “crisis” has become recurrent, becoming a sign present in almost all types of narratives, mobilized as defining category of the contemporary. The crisis is a historical event, just as it is a lasting and fundamental condition of life for a transcendent human condition. Thus, the purpose of this article is to consider how the “crisis” is mobilized in narrative constructions to mark a “moment of truth” or as a means of thinking the “history” itself, therefore, to understand how one of the main defining the beginning of the Brazilian political crisis, the

---

<sup>1</sup> Mestrando em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e bolsista CAPES. Contato: gabrielsrezende10@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e bolsista FAPERJ. Contato: julialimasantana@gmail.com

2013's June were renamed and instrumentalized for the impeachment process of Dilma Rousseff and the allocation of political interests in the promotion of controversial reforms that will profoundly affect future generations. Modifying, thus, completely the political program winning the 2014 elections.

Keywords: Crisis; 2013's June mobilization; Political Breakdown

## **1. O caráter léxico do conceito de crise**

A crise é um acontecimento histórico, bem como é uma condição de vida duradoura e fundamental para uma condição humana transcendente (ROITMAN, 2012). Ao considerarmos a palavra “crise” como mobilizadora de construções narrativas para marcar um “momento de verdade” ou como um meio de pensar a própria “história”, faz com que certos momentos de verdade possam vir a ser definidos como pontos de viragem na história, quando as decisões são tomadas ou eventos são decididos, estabelecendo assim uma teleologia particular (ROITMAN, 2012). Todavia a apropriação narrativa de “crise” traz consequências quanto as delimitações temporais, identidade e o que se considera como “verdade”. Evocando, por conseguinte, o significado da crise como um problema axiológico ou o questionamento dos fundamentos epistemológicos ou éticos de certos domínios da vida e do pensamento. Sendo assim, toda vez que se fala em crise, o discurso oculto (ou o não dito) encerra um juízo moral e comparativo entre o passado e o futuro, de modo que nessa esteira somos levados a nos perguntar sobre o que deu errado.

A própria noção de crise assume significado aberto e mesmo ambíguo, tendendo normalmente a designar uma ruptura súbita, acidental ou até mesmo ruptura passageira de um dado estado (muitas vezes aparente) de equilíbrio ou harmonia, designando uma quebra de estabilidade e de uma certa normalidade. Devemos assim, como Roitman (2012) nos interroga acerca deste referencial/conceitual, analisar crise como um termo que está ligado a situação de significar a história humana, muitas vezes servindo como um espaço reservado transcendentemente a soluções ostensivas a esse problema.

Como a própria autora revela, é um ponto cego para a produção de conhecimento. E tornar esse ponto cego visível significa fazer perguntas sobre como produzimos significados para nós mesmos. Pelo menos, significa perguntar sobre como produzimos “história”. Ou mesmo, no máximo, significa perguntar como podemos construir produção de conhecimentos sem discernir o significado

histórico em termos de fracasso ético.

Roitman, questiona assim, que tipo de narrativa poderia ser produzida onde o significado não é em todos os lugares um problema? Uma resposta a essa pergunta, por improvável que seja, requer como primeiro passo inaugural considerar sobre as formas como a crise (enquanto um ponto cego para a produção de conhecimento), implica um julgamento incessante e muitas vezes implícito sobre latências, erros ou falhas que almeja (amos) serem erradicados e superados.

A crise vem significar a marcação do “novo tempo”, na medida em que denota algo único, seja como fase de transição imanente ou a uma época histórica específica. Sendo o significado temporal de tais conceitos, é necessariamente experimentado e apreendido em termos de efeitos retrospectivos. Ou seja, a crise como conceito histórico, refere-se aos efeitos retrospectivos dos acontecimentos e aos pressupostos constituídos, para a consciência que surge em determinadas épocas. De sorte que, “através da invocação do termo crise como uma fase de transição historicamente única, de uma época, a experiência histórica também é generalizada como uma recorrência lógica - o historiador é o juiz de eventos” (ROITMAN, 2012, p. 3-4).

Analisando Kosselleck em “Crítica e Crise” (apud, ROITMAN, 2012, p. 5), no qual ele apresenta uma história conceitual da constituição mútua desses dois conceitos cognatos: crítica e crise. Cujo o objetivo é ilustrar que essa autoconsciência histórica está relacionada com o que ele define como uma atitude especificamente moderna em relação à política. A sua distinção entre moralidade e política permitiu o que ele chama de “exclusão da moralidade da política” ou o surgimento de um reino distinto que constitui a “sociedade”, sendo investido com a Lei Natural, delimitando-se fora de uma autoproclamada “sociedade moral” da política. Esta dissociação entre a autoridade política e moral é geralmente assumida como sendo uma “grande separação”, qualificando-a como “a crise” que marcou o novo tempo ou a história secular. A separação teórica entre moralidade (consciência) e política (o Estado) tem consequências para as maneiras de auferir as mudanças sociais, que passam a ser entendidas como uma transposição através de mudanças nas posições morais, ou através da persuasão racional e da finalidade da razão e portanto, fora das instituições do estado.

Roitman (2012, p. 7) assevera que quando aventuramos para os fundamentos da razão crítica caminhamos por terras ainda mais instáveis de verdades, em que a crise não é resolvida. Pelo contrário, o conceito de crise torna-se um

motor principal, por exemplo, para o pensamento pós-estruturalista: enquanto a verdade não pode ser assegurada, é, no entanto, realizada em momentos de crise. Quando os fundamentos das afirmações da verdade são supostamente desvelados e os limites da inteligibilidade são potencialmente subvertidos ou transgredidos.

Nesse sentido, a autora observa que ao analisarmos o trabalho de Michel Foucault e nos atentarmos com os conceitos disciplinares ou técnicas que nos permitam pensar como sujeitos, os limites às formas de conhecimento implicam necessariamente em crises. Para Foucault, crise significa um impasse discursivo e o potencial para uma nova forma de sujeito histórico. Para o autor, a crise é produtiva, é o meio para transgressão e é necessário para mudança ou transformação. De acordo com tal preceito, assevera-se que a própria razão não tem fim que não seja ela própria, o dever decisivo da crítica é essencialmente, produzir crises - engajar-se na permanente crítica de si mesmo, estar em relação crítica com a vida normativa é uma forma de ética e de virtude. Se os fundamentos de “verdade são necessariamente contingentes ou parciais, e se a filosofia, portanto, não tem um objeto intrínseco, sua autoridade possivelmente emerge como tal em momentos de crise, que são definidos como o tempo em que a filosofia acontece” (ROITMAN, 2012, p. 3-4).

Por conseguinte, não é possível estabelecer o não-contingenciamento deste campo para reivindicar a crítica. Uma vez que a verdade, de acordo com Roitman, é necessariamente imanente e crítica, sendo expedida por sua abertura constante das latências. Essas últimas foram caracterizadas em termos de relações invisíveis, como: sedimentos da tradição, falsa consciência, ideologias, categorias naturalizadas ou normalização. Mesmo quando o critério da verdade não é mais definido em termos da lógica da não-contradição, ou consistência interna, a crítica é pensada para ocorrer através do paradoxo: através da clarificação da contradição e paradoxo, com o compromisso de demonstrar obstinadamente o paradoxo do poder, ou as exclusões necessárias (como os “outros”, e não soberanos).

Mas se tomarmos a crise como um ponto cego, ou uma distinção, que torna certas coisas visíveis e outras invisíveis, é meramente uma noção a priori. A crise é, assim, reivindicada, mas permanece uma latência, nunca é explicada porque permite uma maior redução da “crise” a outros elementos, como a economia, a política, a cultura, a subjetividade. Portanto, a crise como argumenta Roitman (2012), não é uma condição a ser observada (perda de sentido, alienação,

conhecimento falho), é uma observação que produz significado.

## **2. Da estabilidade ao colapso: mapeando o (s) processo (s) de crise**

Palle Svensson (1986) compreende o debate sobre conceito de crise por meio da proximidade conceitual entre “estabilidade” e “colapso”. Sugerindo que a estabilidade de um regime político é demonstrada pela sua capacidade de evitar a transformação, bem como a ruptura em momentos de crise, quando a continuidade das características de identificação do regime é ameaçada. Por conseguinte, apresenta uma análise mais profunda do que Roitman, como observamos anteriormente, ao trazer conjuntamente algumas noções teóricas e ao formular uma base conceitual para o estudo da crise nos regimes democráticos.

Svensson através da literatura especializada, propõe não primeiramente o conceito propriamente de crise, mas o conceito de estabilidade. Ensejando por meio desta refutação, a percepção mais restrita e compreensiva sobre a estrutura e os efeitos da crise. Mesmo sendo a literatura sobre este tema extensa também é bastante confusa. Não há necessidade de rever as muitas maneiras diferentes em que o conceito de “estabilidade política” tem sido usado, todavia, basta dizer que o conceito de “estabilidade” em geral e de “político” em particular é ambíguo e multidimensional.

Ambíguo porque o termo não está conectado com qualquer definição geralmente aceita. Logo, tal conceito de “estabilidade política” é um excelente exemplo da confusão existente em pesquisas de ciência política sobre a formação de conceitos, operacionalização e medição. Conceito de estabilidade significa todas as coisas como vários indivíduos tentam medir o grau quantidade de “estabilidade política”, embora existam linhas comuns de concordância na maioria da literatura quanto ao significado amplo e básico do termo, a confusão analítica instaura-se devido à falta de concordância quanto ao significado dos termos empregados para definir a “estabilidade”. Bem como há também falta de consenso quanto à operacionalização desses termos. (SVENSSON, 1986)

Nessa perspectiva, Svensson aborda que tal conceito é multidimensional porque vários cientistas políticos e sociólogos abordam-no sobre diferentes objetos e sobre diferentes propriedades desses objetos. A “estabilidade política” foi aplicada a diferentes níveis do sistema político, como a comunidade, o regime e as autoridades. Por outro lado, não existe um acordo geral sobre a propriedade associada à “estabilidade política”. Para alguns autores, o termo

está relacionado com a ausência de uma propriedade específica, por exemplo, violência ou mudança, enquanto que para outros autores ela está relacionada com a presença de uma propriedade específica em particular, podendo ser: continuidade, durabilidade, longevidade, resistência, persistência ou algum outro. Significando uma existência longa e ininterrupta. Identificando, assim, cinco abordagens diferentes para a estabilidade: (1) a ausência de violência; (2) longevidade / duração governamental; (3) a existência de uma constituição legítima, ou legitimação constitucional (4) a ausência de mudança estrutural; e (5) uma sociedade plural.

Adentrando-se neste quadro conceitual, Svensson apresenta a definição de Dowding & Kimber sobre “estabilidade”, consistindo na capacidade de um objeto político de prevenir contingências ameaçadoras que podem forçar uma transformação identitária. Como podemos perceber:

Dowding & Kimber define political stability as the state in which a particular political object exists when it possesses the capacity to prevent threatening contingencies forcing its non-survival - i.e. from forcing a change in one or more of that object's criteria of identity [...]. In this definition it is essential to note that the concept of stability is neither defined in terms of the mere absence of change of a political object nor in terms of the mere survival of a political object.

First, Dowding & Kimber argue that the absence of change is not necessary condition of stability, and this may be said even of large or sudden changes. An object may be stable even if a large number of its elements are changed. The important is what kind of elements are changed and under what circumstances. the continuity of some elements is needed, it is only the defining or identifying characteristics of the object which have to remain unchanged:

... in general, we may say that the survival of any given political object consists in the continuity of those elements by which that object is identified [...].  
(SVENSSON, 1986, p.2)

Ademais, nenhuma alteração dessas características de identificação de um objeto político é uma prova de instabilidade. Somente as mudanças de tais características tornam-se desafios de resposta e sendo necessárias para evitar a não sobrevivência do político, representam um caso de instabilidade: a mudança

que é aceita voluntariamente por qualquer objeto político não sendo prova de instabilidade, mesmo que a mudança resulte numa descontinuidade completa. De modo geral, quando se analisa a estabilidade de um regime democrático e definimos a “democracia” como “poliarquia”, só podemos classificá-la como estável se não houver uma mudança forçada na inclusão e na liberalização do regime ou nenhuma mudança forçada nos direitos, instituições e processos que definem a poliarquia (SVENSSON, 1986).

A sobrevivência, de acordo como autor, parece ser uma condição necessária para a estabilidade da democracia. Não é, contudo, uma condição suficiente, porque um objeto pode existir sem ser estável. Se um objeto não é confrontado com quaisquer desafios que ameçam suas características identificadoras, ele pode sobreviver ou persistir mesmo se não tiver capacidade para lidar com ameaças. Tal estado pode ser chamado, portanto, de “persistência instável”.

Nesse sentido o argumento de Dowding & Kimber (*apud* SVENSSON, 1986), cujo um objeto político pode estar num estado de persistência estável ou instável, em que o estado anterior só pode ser identificado em uma situação em que algum tipo de desafio está ameaçando a continuidade, a existência das características de identificação do objeto. Mesmo que esta definição de estabilidade possa, em certa medida, diferir da linguagem usual dos jornalistas e políticos, e mesmo que a estabilidade possa ser difícil de identificar na análise empírica, esta definição é, no entanto, clara e, além disso, auxilia na definição a seguir de crise.

Svensson (1986) assevera que “crise” é um termo leigo em busca de um significado acadêmico. E por causa de seu significado variado, o termo “crise” não tem sido útil na construção de “conhecimento sistemático” sobre fenômenos sociais. Assim, termos que cobrem quase qualquer situação não são úteis na análise que enfatiza variáveis e as suas relações. Se os diferentes tipos de situações são rotulados de crise, então o fator se torna constante e não pode estar relacionado com variações em outros aspectos do processo social. No centro deste desenvolvimento teórico, o conceito de “crise” está ligado a desafios ao sistema político, tal como o tipo e o grau que a persistência do sistema é ameaçada, se o sistema está enfrentando uma quebra potencial, e essa desagregação é provável de ocorrer a menos que o próprio sistema ou seu ambiente seja fundamentalmente alterado.

Essa definição de crise baseia-se na exposição sugerida por Sidney Verba, que a define como uma mudança que requer alguma inovação governamental e institucionalização para que as elites não arrisquem seriamente a perda de sua

posição ou a sobrevivência da sociedade. Ou seja, crise nesta concepção é uma mudança que requer inovação institucional para preservar as posições das elites. Do mesmo modo, Scott Flanagan define uma crise do sistema como um desafio à autoridade dos tomadores de decisão constituídos expressos através de meios extralegais de protesto em uma escala suficiente para ameaçar a capacidade dos titulares de manter a ordem e a ocupação contínua dos papéis de autoridade.

Em outras palavras, crise para Flanagan seria o desafio aos tomadores de decisão legais expressas através de meios extralegais (SVENSSON, 1986, p. 4). Quando se discute sobre uma “crise sistêmica” limita-se sua definição para os desafios que ameaçam a constituição da política, ou seja, as regras estabelecidas do jogo para atribuir autoridade e recompensas, bem como implica numa mudança fundamental no regime alterando o equilíbrio de poder institucional entre os concorrentes.

Por conseguinte, essas considerações conceituais implicam que o conceito de “crise” no tocante a dimensão de como os objetos políticos são desafiados e mudados, e sobre isso, deve ser esclarecido que não é razoável falar de crise sempre que um objeto político enfrenta problemas, problemas novos ou mesmo problemas graves. É razoável falar de uma crise sempre que um objeto político sofre mudanças súbitas ou mesmo mudanças extensas. Somente a combinação de desafios que poderiam levar à quebra do objeto ou às mudanças estruturais de um caráter fundamental constitui uma crise.

Em síntese, a relação entre os conceitos de estabilidade e crise, como ambos foram definidos até agora, é evidente que eles estão intimamente ligados. A estabilidade política tem sido definida como o estado em que o político tem a capacidade de impedir que os desafios imponham uma mudança em um ou mais dos critérios de identidade desse objeto, enquanto que o significado central de uma crise política foi delineado como a combinação de desafios que poderiam levar à ruptura de um objeto político ou a mudanças estruturais de caráter fundamental.

Conquanto o conceito de crise ou ruptura (*breakdown*), conforme argumenta Svensson, consiste na relação entre os conceitos em discussão que poderiam ser tornados de forma mais clara e mais consistente, ao separar o conceito de colapso/ruptura do conceito de instabilidade. Somente a mudança forçada de todas as características identificadoras de um objeto político constitui uma ruptura. Quando apenas uma ou algumas das características identificadoras de um objeto político são vigorosamente modificadas durante uma crise, temos

uma forma de instabilidade que pode ser chamada de transformação dos objetos para distingui-la do tipo de instabilidade ou persistência instável discutida acima. Ocorre quando um objeto político tende a persistir em um estado de instabilidade porque não tem capacidade para responder a desafios que foram confrontados.

Sendo assim, esta persistente instabilidade pode também ser chamada de instabilidade latente, porque a instabilidade ainda não foi demonstrada abertamente. Um exemplo claro de uma crise de regime e instabilidade política sem ruptura com o desenvolvimento político é notado na república de Weimar de 1930 a 1932, onde o governo parlamentar foi gradualmente transformado em um governo semiparlamentar com o governo “acima dos partidos”. Concomitantemente a análise de Rainer Lepsius revela sua percepção desse período antes do colapso final da república de Weimar, como podemos perceber:

It is likely that the combination of presidential rule, politics of issue coalition, and short-term crisis could have been carried on for a longer time and that total collapse of democracy could have been avoided, despite the economic crisis that was further weakening the traditional structure of the German society and polity. There might also have been a chance for a revitalization of the party structure in 1934 or 1935 when the international economy recovered. However, the fragmentation of the party system and the strategy of temporary retreat from government participation crisis management by emergency decrees were certainly preconditions for the breakdown of democracy [...] (SVENSSON, 1986, p. 6).

Como percebido, uma mudança forçada da identificação de um regime democrático é, por conseguinte, uma transformação do regime, se a sua natureza democrática é mantida - por exemplo, uma transformação do regime parlamentar para o domínio presidencial - enquanto uma ruptura do regime democrático é seguida pelo desaparecimento do regime do sistema político ou do subsequente estabelecimento de um sistema autoritário ou totalitário.

### **3. A emergência das ruas: aplicando o Conceito de Crise nas Jornadas de 2013, Impeachment e Governo Temer**

Como já foi relatado acima, Palle Svensson também acaba por retirar do termo crise o estigma social que a palavra por si só traz consigo. Svensson fornece

subsídios para acreditar que a crise pode ser utilizada como um artifício de estímulo, uma ferramenta que impulsiona a elaboração de uma resposta.

O objetivo desse bloco é analisar as diversas formas de solução que foram apresentadas como uma “saída a crise”. Tanto as soluções acionadas pelos agentes sociais, como pelos agentes governamentais.

### **3.1 Alternativa Popular à crise: Ocupação do espaço público**

Para compreender o impacto da mobilização social, se faz necessário analisar a relação entre esfera privada e esfera pública. Aparentemente, movimentos de ocupação de espaço público podem ser considerados contraditórios justamente por se tratarem de lugares públicos. No termo, está implícito que pertence ao povo, mas como são geridos pelo governo, ocupar seria uma forma de demonstrar que existe resposta à maneira com a qual essa administração vem sendo feita.

Ir para a rua, ocupar praças e avenidas, significa acima de tudo, sair literalmente da zona de conforto do lar, rompendo a passividade e passar a admitir socialmente uma insatisfação.

Como espaço moral importante e diferenciado, a casa se exprime numa rede complexa e fascinante de símbolos que são parte da cosmologia brasileira, isto é, de sua ordem mais profunda e perene. Assim, a casa demarca um espaço definitivamente amoroso, onde a harmonia deve reinar sobre a confusão, a competição e a desordem. (...) Do mesmo modo, as discussões políticas, que revelam e indicam posições individualizadas e quase sempre discordantes dos membros de uma família, estão banidas da mesa e das salas íntimas, dos quartos. Se elas são inevitáveis, transcorrem certamente nas varandas e quintais, locais marginais da casa, posto que situados entre o seu interior (cujo calor revela a igualdade de substância e de opiniões das pessoas que ali residem) e a rua: o mundo exterior que se mede pela luta. (DAMATTA, 1984, p. 27-28).

Evitar falar de política no ambiente privado, blinda a todos que ali vivem, deixando clara a separação do que é de fora e do que é de dentro. Entretanto, na medida em que as redes sociais trazem esse universo para dentro da atmosfera privada, furando o bloqueio, e estimulando as ocupações das ruas, tem-se por estabelecido, a quebra desse paradigma. É o começo da conscientização dos

donos da rua. Só se ocupa aquilo que ainda não é seu. Por isso, as mobilizações que incentivam à ocupação dos espaços públicos, além de alertar a existência um sentimento de não reconhecimento, mostra que está se lutando contra ele.

### **3.2 Jornadas de 2013**

Diversas teorias que buscam encontrar o processo desencadeador das Jornadas de 2013, procurando justificar na junção de fatores, os motivadores que levaram grande parte da população às ruas insatisfação. Nesse sentido, não é surpreendente observar o descontentamento social perante ao cenário político de uma forma geral, no entanto a insatisfação sempre foi feita de forma velada, onde eram encontrados índices de aprovação regulares e estáveis, muito pela falta de envolvimento popular político.

As manifestações no Brasil seguiram o mesmo processo de “viralização” (propagação e divulgação por meio das redes sociais), como foi observado nos protestos em outros países, como a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, e o Los Indignados. Assim, as Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho de 2013, foi um conjunto de diversas manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, especialmente nas principais capitais do país, sendo que as primeiras ações tiveram início com o Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo.

Tendo em vista sobretudo o contexto em que esses desdobramentos convergiram, é possível afirmar que a união pela desunião foi estruturada em sua essência pela internet através das as redes sociais, que se apresentam como uma gama de ferramentas inovadoras e provenientes do desenvolvimento tecnológico. Essa constatação não traz consigo um significado que implica que em manifestações passadas não houve estímulo a participação popular, como o caso das Diretas Já. Mas a tecnologia nesse sentido se deu como uma ferramenta impulsionadora democrática do processo. O alcance proporcionado pelas redes sociais possibilitou não somente atrair parte da população jovem, os chamados integrantes da geração Y (frequentadores assíduos das plataformas digitais), mas também conseguiu ter o poder de articulação.

O objetivo aqui é justamente analisar qual teria sido o gatilho que fez a população em massa tomar posicionamento político que refutava a realidade vigente, o que deu alicerce à situação de crise geral. Portanto, se pode afirmar que existe um limite entre os dois extremos: a aceitação passiva de governos

regulares, e a indignação condigna perante uma situação limítrofe, onde não se pode mais aceitar a condição que lhe foi imposta. E o mecanismo que faz a ultrapassagem dessa linha é justamente a participação popular.

Sendo assim, consegue-se desenhar um caminho em direção à crise política vigente, bem como sua relação com a participação popular. Existe aqui um processo curioso, à medida que observamos que a descrença social fez do nacionalismo sua bandeira. Muitos sujeitos mediante à desilusão política, vestem o manto nacional de forma literal e sazonal, dando forma a um movimento que tem por viés axiológico ser apartidário, composto de indivíduos que clamam ser a cima de tudo e de qualquer princípio, brasileiros. Os grandes escândalos de corrupção aliados às crises estatais e diversos exemplos de má administração pública (nos diversos níveis da federação) compõe os alicerces que fomentam a falta de identificação política e a descrença também na imagem do político “por profissão”.

Os protestos de 2013 apresentam três tipos de interpretação para sua ocorrência, de acordo com Adriano de Freixo (2016). O primeiro decorre-se do movimento de ascensão da chamada “nova classe média”, que teve seus padrões de vida e consumo melhorada, por meio do crescimento econômico e políticas distributivistas na última década e almejando mais no que diz respeito aos serviços públicos como transporte, saúde e educação, sem níveis satisfatórios de qualidade. Do mesmo modo que nutrem uma profunda insatisfação com todas as esferas do setor público com a corrupção presente.

A segunda análise, presente na observação de Maria da Glória Gohn (2014) e Leonardo Sakamoto (2013), prioriza a crise da democracia de matriz liberal e a falência dos modelos clássicos de representação política. Ou seja, questionamentos à políticos e a “política tradicionais” por parte dos jovens tanto de classe média “histórica”, quanto aqueles que fazem parte dos estratos sociais que ascenderam socialmente nos últimos anos. E a última interpretação correspondente a alguns autores do campo da esquerda que analisam as manifestações como um esgotamento do “modelo petista” ou “lulista”, centrado em políticas distributivistas e numa espécie de “capitalismo de Estado”. Todavia, seu limite teria sido a incapacidade de radicalização de reformas estruturais e do enfretamento como grande capital (FREIXO, 2016, p. 12).

Como já mencionado na primeira parte deste artigo, o contexto apresentado acima é característico de um processo de crise, ou de um estado de persistência instável (visto os desdobramentos futuros como impeachment e ascensão de

Temer, como será trabalhado mais a frente) por se encontrar em uma situação em que algum tipo de desafio está ameaçando a continuidade das práticas institucionais e da própria escolha democrática, quando as ruas almejavam uma nova reforma política (e que fora proposta pela então presidente Dilma Rousseff como uma das saídas democráticas para crise que estabelecera em 2013), rechaçada amplamente pelos parlamentares. Demonstrando, mais uma vez, o nível de distanciamento entre os políticos eleitos e os interesses de seus eleitores, os cidadãos.

### **3.3 Instrumentalização das manifestações de 2013 e entrada da direita**

Como argumenta Freixo (2016) nas manifestações de Junho de 2013, observa-se a falta, por parte das esquerdas, de uma compreensão das direções e do próprio sentido dos protestos, ao mesmo tempo em que possibilitou à direita uma reentrada no cenário político, após uma década de hegemonia petista. Marcando início de uma intensa reação conservadora.

É importante predizer que essa direita não é homogênea e se articula em torno de valores ligados ao liberalismo, como individualismo, empreendedorismo, meritocracia e Estado menor. Sendo sua principal narrativa, a partir desses eventos, a defesa da moralidade pública e a associação da corrupção ao Estado leviatã (gigante e desproporcional) e ao seu aparelhamento. O fato intrínseco desse processo são que certos simpatizantes da “nova direita” apoiam o regime militar brasileiro, mas esquecem-se que o mesmo foi responsável pela última expansão do Estado brasileiro, logo ao seu gigantismo.

Junho de 2013 constituiu-se, de certa forma, num movimento apartidário ou sem “bandeiras”. Mas mesmo assim, iniciou-se uma espécie de “disputa pelas ruas”, ao se contraporem de um lado, organizações e partidos de esquerda, movimentos populares e sindicatos, e, do outro, os setores mais à direita e os partidos de oposição que como assevera Freixo (2016, p. 22), buscaram instrumentalizar as insatisfações existentes na sociedade para enfraquecer o governo de Dilma Rousseff, que antes do início dos protestos ostentava altos níveis de popularidade e até então, parecia que seria reeleita sem grandes percalços em 2014.

Nesse contexto os partidos de oposição e a própria cobertura midiática

dos eventos<sup>3</sup> objetivaram uma “indignação seletiva”, apesar da crença na corrupção generalizada no sistema político, que pode ser explicada pela habilidade das lideranças desses protestos (como Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Revoltados Online e forças políticas e das mídias) em canalizar esse descontentamento generalizado em direção a um único foco o Partido dos Trabalhadores, e com a polarização proveniente das eleições de 2014 a esquerda de modo geral. Ao mesmo passo que exaltavam e bradavam a defesa da moralidade pública (com camisas da CBF – Confederação Brasileira de Futebol, alvo de investigações por corrupção tendo alguns de seus ex-dirigentes presos) e contra o governo Dilma, marcado pelo slogan “Fora Dilma”.

A conjuntura política brasileira, se podemos sintetizar historicamente, envolvia o julgamento dos réus do mensalão que se deu em 2012, tendo o acórdão sido publicado em 2013, o que avivou o repúdio à corrupção. No mesmo ano ocorreram as surpreendentes manifestações de junho de 2013, que ocuparam as ruas das principais cidades brasileiras reunindo milhões de manifestantes, no ano seguinte em 2014, houve protestos contra a realização da Copa do Mundo no Brasil, bem como o acirramento das denúncias da “Lava-jato” e a crescente polarização política decorrente da eleição presidencial do mesmo ano. Em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou o processo de denúncia por crime de responsabilidade fiscal apresentado pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, dando início ao processo de impeachment, concluído em 31 de agosto de 2016, com a cassação do mandato de Dilma Rousseff.

Podemos perceber que, mais uma vez, o contexto sócio-político brasileiro enquadra-se num processo de crise ao tomarmos como base o referencial teórico já trabalhado. A crise está ligada aos desafios do sistema político, que enfrenta uma possível quebra potencial ou uma desagregação provável de ocorrer a menos que o próprio sistema seja fundamentalmente alterado. O que não ocorreu com o impeachment de Dilma Rousseff, pelo contrário, como

---

<sup>3</sup>A cobertura da mídia no primeiro momento seguiu uma linha de condenação e criminalização dos protestos, ao priorizar as imagens dos *Black-blocks* e frisando a necessidade de ordem pública. O Jornalista Arnaldo Jabor comparou as manifestações com o PCC (Primeiro Comando da Capital) conhecida organização criminosa de São Paulo. Contudo, a repressão policial altamente violenta com dezenas de feridos entre eles jornalistas, e a própria viralização pelas redes sociais de imagens e vídeos da repressão policial, causou indignação de setores da opinião pública e a condenação de organizações como a Anistia Internacional e o Ministério Público Federal. Mudando a tônica do discurso e da cobertura dos protestos, ao mesmo passo que estigmatizou os escândalos de corrupção em um único partido (FREIXO, 2016).

revelam os áudios divulgados pelo empresário Joesley Batista (caso realmente sejam confirmados como legítimos pela Polícia Federal)<sup>4</sup> e pelo vazamento do áudio entre o ex-ministro de Temer Romero Jucá e Sergio Machado, que almejam conter a operação Lava-jato da política federal<sup>5</sup>.

Como aponta Sidney Verba (apud SVENSSON, 1986.), crise se define como uma mudança que requer alguma inovação governamental e institucionalização para que as elites não arrisquem seriamente a perda de sua posição ou a sobrevivência da sociedade. Crise nesta perspectiva é uma mudança que requer inovação institucional para preservar as posições das elites. A solução apresentada foi o impeachment de Dilma Rousseff, a fim de que, apresentava um desafio à autoridade dos tomadores de decisão constituídos expressos através de meios extralegais de protesto em uma escala suficiente para ameaçar a capacidade dos titulares de manter a ordem e a ocupação contínua dos papéis de autoridade.

Todavia como os áudios mencionados, o objetivo de restabelecer uma moralidade pública e credibilidade através da ascensão de Temer a presidência, não se concretizou, uma vez que o objetivo político tende a persistir em um estado de instabilidade porque não tem capacidade de responder aos desafios que foram confrontados. De certa forma, o que assegura Temer na presidência após o desvelamento dessa “crise” em seu governo é a sua agenda liberal que agrada os mercados e agentes internacionais, bem como também se apresentou como uma ruptura a agenda eleita nas eleições de 2014 com a vitória de Dilma Rousseff. Em outras palavras a “Ponte para o Futuro” não foi o projeto vitorioso nas urnas, mas imposto e habilmente articulado no Congresso Nacional. Temer, portanto, apresenta força e resquícios de governabilidade entre os parlamentares, todavia sem ressonância nas ruas.

### **3.4 Agenda de Reforma: uma breve análise**

Independente de opiniões em torno da nomenclatura golpe e dos trâmites que

---

<sup>4</sup> Joesley Batista afirmou que o atual presidente Michel Temer buscou por meio dele silenciar o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, e responsável pelo processo de impeachment de Dilma, a fim de não revelar o que sabe sobre os esquemas de corrupção envolvendo políticos aliados, e do próprio partido de Temer e de Cunha o PMDB – Partido do Movimento Democrática Brasileiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884926-audio-mostra-temer-dando-aval-a-compra-do-silencio-de-cunha-diz-jornal.shtml>>. Acesso em: 15/06/2017.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 15/06/2017.

levaram ao impeachment, devemos ter a ciência que com a mudança da agenda governamental uma série de características (re) emergiram sob nova tônica, como as reformas (previdência, educação, etc.), no qual temos a constatação da mudança da proposta de governo que foi eleita em 2014 (no segundo mandato de Dilma, ocorreu a reforma da previdência 85/95, mas a proposta do governo Temer a radicalizou). Essa manobra, permitiu que aqueles indivíduos que até então eram favoráveis ao impeachment, se tornassem insatisfeitos com o governo Temer. Os novos escândalos de corrupção e a rapidez com a qual as informações fluem, contribuem para o aumento do sentimento de insatisfação da população. Estaríamos à beira de uma nova limitrofe como ocorreu em Junho de 2013?

A nova agenda liberal, na definição do próprio programa uma Ponte para o Futuro<sup>6</sup> (Fundação Ulisses Guimarães, p.9) demonstra a seguinte intenção em relação aos gastos públicos, apresentados ao Congresso como PEC 241 (Câmara dos Deputados) e PEC 55 (Senado Federal):

Se quisermos atingir o equilíbrio das contas públicas, sem aumento de impostos, não há outra saída a não ser devolver ao orçamento anual a sua autonomia. (...). Para isso, é necessário, em primeiro lugar, acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e educação.

Portanto, a PEC 241 OU 55 (a numeração varia de acordo com a Casa legislativa) que foi aprovada no segundo semestre de 2016, como Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Considerada uma das maiores mudanças fiscais em décadas, o presidente Michel Temer acredita que será uma saída para sinalizar a contenção do rombo nas contas públicas e tentar superar a crise econômica. Ou seja, o objetivo é mitigar a trajetória de crescimento dos gastos públicos e tentar equilibrar as contas públicas. Por meio da fixação por até 20 anos, podendo ser revisado depois dos primeiros dez anos, um limite para as despesas, será assim o investimento calculado pelo gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação.

A emenda 95 agrava a assimetria social, de modo que as classes mais pobres, que dependem do sistema público de saúde e educação, tende a ser mais prejudicada com o congelamento dos gastos do Governo do que as classes mais

---

<sup>6</sup> Programa Ponte para o Futuro. Fundação Ulysses Guimarães. Disponível em: <[http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER\\_A4-28.10.15-Online.pdf](http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf)>. Acessado em: 12/06/2017.

abastadas. Como afirma Pedro Rossi, professor de economia da UNICAMP: “a população pobre, que depende mais da seguridade social, da saúde, da educação, vai ser prejudicada. A PEC é o plano de desmonte do gasto social. Vamos ter que reduzir brutalmente os serviços sociais, o que vai jogar o Brasil numa permanente desigualdade”<sup>7</sup>.

Já a professora da FGV Jolanda Battisti afirma que o país passa por uma grave crise fiscal, dessa forma se governo não consegue aumentar a receita para pagar os juros de sua dívida precisou então cortar gastos, todavia o perfil dos cortes propostos pelo governo Temer como: “os congelamentos que estão acontecendo atingem as transferências para a população, como o seguro-desemprego, e não os gastos correntes, como os salários de funcionários públicos”<sup>8</sup>.

Sabemos que a sustentabilidade econômica, o crescimento e a diminuição da dívida pública são fundamentais para o progresso e certas garantias sociais, porém, no contexto atual e sua busca pela estabilização econômica por meio de medidas liberais que agradam o mercado, fazem com que as reformas do governo Temer perpassem por um dilema, entre o limiar dos interesses do mercado e os interesses da sociedade civil. Como afirmava Paracelso, a diferença entre o veneno e o remédio é a dosagem.

Almejamos assim, por meio desta tentativa de um ensaio, trazer as categorias analíticas/conceituais de crise na busca de ao menos elencar nuances e imbricações entre as práticas institucionais, políticas e sociais contemporâneas nacionais. Compreendemos ao longo deste artigo, como já mencionado um ensaio, a ocorrência de um certo desnivelamento ao passarmos da teoria para a práxis sócio-política, pois objetivamos uma dimensão apriorística dos fenômenos e não delimitadora e conclusiva. A fim de vislumbrar ao leitor um tema tão complexo e não claro (ainda), visto as convergências e a intensidade dos fatos em um recente linear temporal. Cujos desdobramentos futuros não podem ser mensurados em totalidade, muito menos de modo definitivo. Trazendo ao leitor uma análise ampla e circunstancialmente aberta as miríades de possibilidades e não num campo delimitador e hermético.

## **Referências Bibliográficas**

DAHL, Robert A. Poliarquia: Participação e Oposição. São Paulo: Editora da

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37603414>>. Acessado em: 17/06/2017.

<sup>8</sup> Ibidem.

Universidade de São Paulo, 1997.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FREIXO, Adriano de. *Tudo a frente, nada a frente: protestos de rua e crise política no Brasil (2013-2016)*. In: FREIXO, Adriano de (Org.). *Manifestações no Brasil: as ruas em disputa*. Rio de Janeiro, Oficina Raquel, 2016.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROITMAN, Janet. "Crisis" In: *Political Concepts. A Critical Lexicon*. New York School for Social Research. 2012. Disponível em <http://www.politicalconcepts.org/issue1/crisis/>.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et alii. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SVENSSON, Palle. "Stability, Crisis and Breakdown: Some Notes on the Concept of Crisis in Political Analysis". *Scandinavian Political Studies*, Bind 9 (New Series) (1986).